



## OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO DIGITAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**GONÇALVES, Larissa Aparecida<sup>1</sup>**

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

**CERDEIRA, Valda Aparecida Antunes<sup>2</sup>**

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar a Inclusão Digital no Brasil que perpassa por mudanças positivas no âmbito de benefícios para educação escolar. O objetivo deste projeto de pesquisa é desenvolver estudo no sentido de apresentar a realidade da Inclusão Digital no contexto escolar Brasileiro, principalmente na Educação Infantil. As hipóteses levantadas para desenvolver a pesquisa foram: compreender quais os benefícios da Inclusão Digital na Educação Infantil e a utilização que esses recursos tecnológicos oferecem para a criança e também para o docente no ambiente escolar. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica, tem um caráter de beneficiar a aquisição do conhecimento, evidenciando que as mudanças metodológicas são necessárias referentes as formas de ensinar, atendendo as necessidades atuais do Sistema Educacional Brasileiro.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Inclusão Digital. Nativos Digitais

### ABSTRACT

This article aims to analyze the Digital Inclusion in Brazil that goes through positive changes in the scope of benefits for school education. The objective of this research project is to develop a study to present the reality of Digital Inclusion in the Brazilian school context, especially in early childhood education. The hypotheses raised to develop the research were: understand what are the benefits of Digital Inclusion in Early Childhood Education and the use that these technological resources offer to children and teachers in the school environment. Regarding the methodological procedures, the research is bibliographic, has a character to benefit the acquisition of knowledge, showing that methodological changes are necessary regarding the ways of teaching, meeting the current needs of the Brazilian Educational System.

**Keywords:** Child education. Digital inclusion. Digital Natives

## 1. INTRODUÇÃO

A Inclusão Digital é um assunto da atualidade e refere-se não somente a inclusão escolar, para Almeida (2014), atualmente uma sociedade moderna que está

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia do 8º Período – FAIT. E-mail: larissagoncalves05@hotmail.com

<sup>2</sup> Especialista pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Professora na área de Pedagogia na FAIT. E-mail: vcerdeira@hotmail.com

dominada pela tecnologia. Apesar do problema que nos deparamos para solucionar, muitas das vezes, precisamos de um instrumento tecnológico para resolvê-lo. Computadores, aspirador de pó, caixas eletrônicos, máquina de lavar roupa, celular, cartão de crédito, entre outros, estão inclusos em nossas vidas de tal maneira, auxiliando de um modo que economizamos tempo, porém, exigindo também uma atualização constante do domínio.

Neste contexto levanta-se o seguinte questionamento: Quais os benefícios da Inclusão Digital Escolar, principalmente na Educação Infantil? O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, ressaltam alguns dos Benefícios da Inclusão Digital: como a aprendizagem pode acontecer em diferentes lugares e por diferentes meios. O futuro está coberto de utensílios modernos, ou seja, o ensino pode ser de melhor qualidade utilizando as ferramentas tecnológicas, pois os alunos já estão inseridos num mundo digital, sendo destacado a importância de orientar os estudantes ao uso adequado das ferramentas tecnológicas (BRASIL, 1998).

Após levantamento do questionamento, estabelecemos as seguintes hipóteses: compreender quais os benefícios da Inclusão Digital na Educação Infantil e a utilização que esses recursos tecnológicos oferecem para a criança e também para o docente no ambiente escolar. Esta pesquisa, visa contribuir com as discussões e reflexões dos docentes sobre o perfil dos alunos nativos digitais na sociedade atual, assim como o uso do computador como mais uma ferramenta pedagógica no contexto escolar principalmente na Educação Infantil.

De acordo com as hipóteses foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: pesquisar os benefícios da inclusão trazidos a alunos e docentes, investigar sobre as crianças nativas digitais e sua relação com um professor capacitado e analisar um novo método de ensino, já que o ensino sempre está se atualizando, conseqüente o conhecimento, a metodologia, deve ser inovadora.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa escolhida foi a qualitativa de revisão bibliográfica seguida de revisão da literatura com seu foco na Inclusão Digital na Educação Infantil.

Contudo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), garante as práticas pedagógicas que devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, além de “possibilitar a utilização de gravadores,

projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos”.

## **2. BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO DIGITAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A história da Informática Educativa Brasileira, segundo Nascimento (2007), se iniciou no ano de 1971, em um seminário na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), onde foi discutido a hipótese do uso de computadores no ensino de Física. Dois anos depois, em 1973, após utilizado primeiramente os computadores nas universidades, se destacam as experiências da UFRGS apoiadas nas teorias de Piaget e Papert, crianças com dificuldades de aprendizagem e leitura, escrita e cálculo. Em 1979, se criou a Secretaria Especial da Informática. Criado assim em 1984 o Projeto EDUCOM, que junto com o MEC, reformulou os núcleos de pesquisas na área.

Em 1986, foi criado o Projeto Formar, uma implantação de infraestruturas de suporte nas Secretarias Estaduais de Educação. MEC em 1989, criou o PRONINFE com o objetivo de promover o desenvolvimento da informática educativa e seu uso nos sistemas públicos de ensino. Em 1992, foi criada uma rubrica específica para ações de informática educativa no orçamento da união. Novamente em 1997, o MEC juntamente com o PRONINFE promove o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na rede pública de ensino fundamental e médio (NASCIMENTO, 2007).

No ano de 2001, segundo censo realizado, o Estado que apresentou maior índice de inclusão digital foi em São Paulo e o menor foi em Tocantins. O Governo Federal, em 2005, criou o projeto Um Computador por Aluno (UCA), com objetivo de distribuir um computador móvel para os estudantes, no ano de 2008, surgiu o projeto banda larga nas escolas em parceria com o MEC e Anatel (NASCIMENTO, 2007).

Alterado em 2010, o nome do projeto, para Programa Um Computador por Aluno, através de uma Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010, implantada. “De acordo com o MEC/SEED (BRASIL, 2010, p. 9), a intenção do governo federal com relação ao PROUCA é implantar: uma nova forma de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas” (ECHALAR, PEIXOTO, p. 399, 2017).

Com essa evolução e inclusão tecnológica, a Base Nacional Comum Curricular (2017), aborda uma preocupação em relação aos impactos das possíveis transformações na sociedade, caracterizando a computação e as tecnologias digitais, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores: pensamento computacional que envolvem as diversas capacidades, sendo elas de compreender, e resolver problemas, através de desenvolvimento de algoritmos; já no mundo digital: envolvem as aprendizagens relativas às formas de processar a informação de maneira segura e confiável, envolvendo a importância de proteger tal informação; e pôr fim a cultura digital: envolvem aprendizagens mais consciente e democrática, aos usos possíveis das diferentes tecnologias e, também, à fluência no uso da tecnologia digital.

Articulando com as competências gerais, a Base Nacional Comum Curricular (2017), atribui essas dimensões que também foram contempladas nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil respeitando as características dessas etapas.

## 2.1. Breve Histórico da Educação Infantil

Para Heywood (2004, apud Magalhães, Ribeiro e Costa, 2016), vistas como criaturas, as crianças tinham grande chance de morrer, pois os índices de mortalidades eram altos; só possuíam identidades quando realizavam atividades iguais aos adultos, e os mesmos que se dispunham a cuidar das crianças não recebiam nenhum tipo de preparação. As crianças, entre os séculos XV e XVI, ressalta Magalhães (2016), que foram a partir de então, vistas como seres que precisavam de cuidados especiais. Porém, foi importante para a criança o tratamento com características específicas, somente no século XVIII.

Citado pelos autores, “Rousseau foi o principal contribuinte para a descoberta de que havia se buscar no homem o homem e na criança a criança, existindo então a diferença entre psicologia infantil da psicologia adulta”. Ainda com base na concepção de Rosseau, se destacaram outras teorias, como Froebel, “um dos primeiros educadores a considerar a infância como fase decisiva na formação do

indivíduo, fundando então os primeiros Jardins de Infância” (MAGALHÃES, RIBEIRO E COSTA, p.5, 2016).

Através dessa mudança que aconteceu na percepção de infância, não ocorreu igualmente a todas as classes sociais. Com o começo da Revolução Industrial, homens e mulheres de classe popular precisavam trabalhar, ressaltando Heywood (2004, apud Magalhães, Ribeiro e Costa, 2016), surgindo uma espécie de isolamento para seus filhos. Essas crianças eram isoladas e recebiam os principais cuidados por amas de leite. Já o local para filhos da classe social mais alta era diferenciado, possuía um intuito educativo.

Em 1988, no Brasil, a Constituição Federal tinha como objetivo garantir e assegurar os direitos dos indivíduos, assim como conceituar a Educação Infantil, até os tempos atuais (BRASIL, 1988).

O dever do Estado era oferecer as crianças, acolhimento em creches e pré-escolas, segundo a Constituição de 1988; ligadas ao atendimento da área educacional, seguindo uma concepção pedagógica. Sancionado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantiu a proteção integral da criança (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), que ainda está em vigor, foi sancionada em 1996, destacando como a primeira etapa da Educação Básica a Educação Infantil, com o propósito de propiciar o desenvolvimento integral da criança.

Em 1998 o Conselho Nacional com base na LDB confirmou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), um documento que tem o propósito de constituir competências para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio assegurando a formação básica comum (BRASIL, 2010).

Foi publicado ainda em 1998, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) com a finalidade de nortear o desenvolvimento do trabalho em creches e pré-escolas, assim como, os conteúdos a serem desenvolvidos. Através do RCNEI obtém ideia da concepção de infância na atualidade, na qual “as crianças possuem uma natureza singular, sendo seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio” (BRASIL, 1998).



Com o propósito de contribuir com os docentes na concretização do trabalho educativo com crianças de zero a cinco (0 a 5) anos, ao mesmo tempo, em 1998, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil (PCN).

Plano Nacional de Educação, entra em vigência 2001, apesar de criado em 1998, com intenções a serem obtidas no período de 10 anos.

Com a Lei 12.796/13 (BRASIL, 2013), em 2013, possuiu uma alteração na Lei 9.394/96, tornou obrigatório a entrada das crianças nas escolas a partir de quatro (4) anos de idade.

Foi aprovado o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/14 (BRASIL, 2014), em 2014, com a finalidade de suprimir as desigualdades educacionais históricas do país, foram constituídas metas que proporcionariam um preparo aos alunos para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

Com base na Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Constituição Federal de 1988, oportuniza o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Segundo Kuhlmann, Jr. (2015) após vividos momentos significativos da história do país, as creches vieram como um resultado dessas lutas, a partir desse momento, pretendia-se denunciar as precárias condições de atendimento educacional das crianças nas creches e na pré-escola. Além disso, as creches eram vistas como um depósito de criança, a partir do momento em que houve denúncias dos modelos assistencialistas, como a merenda oferecida, a escola era vista como preocupada somente com a nutrição do que com a educação. Desde então, a educação foi vista como oposto de assistência.

## 2.2. Inclusão Digital

As Tecnologias Educacionais, contam com fatores de melhoria na aprendizagem, fazendo com que se conquiste uma aprendizagem mais potencializada, ou seja, enquanto um professor tomava um tempo para escrever na lousa e seus alunos copiarem, hoje em dia, pode ser levado em projetor multimídia, disponibilizar o acesso ao arquivo a seus alunos, “ganhando” tempo para esclarecer dúvidas, realizar atendimento individuais, explorar mais exemplos, sendo assim, alguns fatores que ajudam na potencialização de uma melhor aprendizagem (NOGUEIRA, 2014).

É inegável o uso das TIC's no ambiente escolar, principalmente com acesso à internet, contribui para expandir o acesso a informação atualizada, estabelecimento de novas relações com o saber que ultrapassam os limites dos materiais instrucionais previamente preparados e sob o controle dos educadores, favorecendo a interatividade, permitindo a comunicação com o mundo. Eliminam-se, dessa forma, os muros que separam a escola da sociedade (ALMEIDA, 2014).

Para Nogueira (2014) atualmente, existem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), que se referem a um campo de utilização de ferramentas tecnológicas, interferindo positivamente nos processos comunicacionais. É possível se comunicar com pessoas distantes virtualmente, e na área da educação, possibilita a exploração do uso de recursos visuais, como vídeos, imagens, possibilitando diferentes meios de aprendizagem ao seu aluno e qual se adapta ao seu estilo, sua preferência de aprendizagem.

No entanto, as TIC's não se bastam por si só, segundo Almeida (2014), não é somente o acesso rápido e a utilização de recursos tecnológicos que irão substituir a ação direta do professor. É necessário preparar a escola, para viver um novo momento. As TIC's podem ser uma contribuição decisiva para educação, pois possui uma peculiar capacidade de distribuir informação a um custo baixo (PISCHETOLA, 2016).

É importante ressaltar o ponto principal da mudança, de não ser a existência dos mais variados recursos tecnológicos para uma boa prática pedagógica na sala de aula, porém, para Almeida (2014), a forma como esses recursos serão utilizados, sendo incorporados a prática dos profissionais promovendo uma nova visão do papel de cada um dentro do processo educacional. As tecnologias não necessariamente precisam remeter-se a um computador sofisticados, internet, além

de tudo isso ser sim importante, a lousa escrita, as revistas, os mapas, contando com a criatividade do professor, tornam-se recursos modestos, portanto, a competência dos profissionais é que faz a diferença na qualidade do trabalho na escola.

Atualmente, as plataformas digitais, segundo Pischetola (2016), permitem que os indivíduos participem de grupos com interesses afins, se organizando espontaneamente, em um sistema de grande flexibilidade estrutural, que lhes oferece a possibilidade de interagir de forma constante.

Relata Piva Jr. (2013), que o Brasil, é um exemplo de país em desenvolvimento. Existe resistência à utilização da tecnologia no ensino, o computador por exemplo, deve ser utilizado como meio e não como fim do processo, devido a isso, deverão ser vistos como ferramentas que os ajudarão a construir seu futuro. É um meio tecnológico muito atraente, que permite prender a atenção dos alunos devido as suas diversidades de possibilidades de mídias e interação.

O verdadeiro sentido de todo esse meio tecnológico inserido no ambiente educacional, não deve ser o de ensinar, mas, o de criar condições de aprendizagem. Para tanto, as tecnologias não substituem o trabalho especializado do professor, eles modificam e dão outro sentido a algumas de suas funções (ALMEIDA, 2014).

De acordo com Nogueira (2014), as TIC's, são ferramentas tecnológicas, que interfere nos processos comunicacionais. Elas não são algo que garantem a qualidade de ensino e também não devemos vê-la como salvadoras do ensino, é algo que pode contribuir. Atualidade nos mostra que essas inovações tecnológicas estão em fácil acesso à todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas classes sociais. É uma realidade a qual temos de nos adaptar, esses alunos já nasceram no futuro. As tecnologias não servem para substituir o professor e sim para proporcionar uma mudança na maneira como a informação chegará a esses alunos. Essas atividades de interação, propiciam aprendizagens correlatas, que obrigam o professor a ir além das paredes das salas de aula. Atualmente, os espaços tradicionais de ensino/aprendizagem têm dimensão global, sendo possível interagir com qualquer pessoa do planeta que esteja conectada à rede (ALMEIDA, 2014).



### 2.3. Capacitação dos Professores

É importante lembrar que a maioria dos professores não foram formados para usar a tecnologia no ambiente escolar. Os educadores se viram obrigados a se adaptar, sem ao menos saber utilizar, além de, não saber qual a sua importância para que suas aulas possam ser melhores do que as ministradas até hoje. O docente se via em pleno domínio do seu conteúdo, de suas ações pedagógicas, seus planejamentos e atualmente, se vê diante de uma mudança radical referente a tudo que sempre fez de forma satisfatória. A mudança não partiu somente da sua necessidade, mas sim, de seus alunos e da sociedade, que acreditam em um profissional que possa atuar de outra forma, utilizando diferentes recursos com domínio tecnológico, incorporados em seus planos de aulas (NOGUEIRA, 2014).

É indispensável reconhecer que os alunos mudaram, que se deparam muito mais envolvidos no mundo tecnológico do que a geração adulta e se a escola não seguir essa evolução, estará predestinada ao fracasso, como instituição formadora da juventude (ALMEIDA, 2014).

O que prevalece no momento, é a mudança! Transformar a aula, utilizar de diferentes recursos, a forma de solicitar as atividades aos alunos, o formato de recebimento das atividades solicitadas e a forma de avaliar [...] é necessário mudar. Para alguns profissionais, essa mudança acarreta junto o medo, do qual bloqueia suas futuras ações, seus futuros pensamentos e os futuros olhares para as novas possibilidades (NOGUEIRA, 2014).

De acordo com Tajra (1998), é importante, que os docentes criem um meio de comunicação entre si, para que permitam estarem continuamente trocando informações e experiências, amenizando dessa forma seus receios no uso desta ferramenta tecnológica. O professor nessa metodologia atual, adota um papel de facilitador do processo de ensino-aprendizagem e não mais o entendedor de todo conhecimento.

Ressalta Nogueira (2014) que a insegurança do professor, possibilitam novas buscas, novos conhecimentos e diferentes práticas. É estar preparado para mudar suas crenças e modelos e aceitar que existem diferentes possibilidades e maneiras, acreditando que será melhor para o aluno, logo uma melhor aprendizagem. É



importante também lembrar, que apesar de precisarem se apropriarem dos conhecimentos tecnológicos, não basta somente usar por usar, é necessário analisar equipamentos tecnológicos que não deixem o aluno passivo, pelo contrário, que permitam criações e repensar as metodologias utilizadas, adequando se necessário. No campo da educação recursos visuais, como vídeos, imagens e tantos outros meios tecnológicos, só trazem benefícios para uma aprendizagem significativa, possibilitando ao aluno acesso a diferentes formas de uma mesma informação, tendo a opção de escolher aquela que se adapta à sua preferência para estudo.

É necessário que o professor esteja preparado para assumir o papel de agente transformador na escola, através de uma capacitação inicial adequada e esteja consciente de que precisa estar em formação contínua. As adaptações que acontecem na metodologia de um educador, deve ser amparada principalmente pela escola, não somente em aspectos materiais, mais importante que isso, nos recursos humanos, fazendo com que os mesmos não sejam somente espectadores, mais sim, ativos no processo possuindo as condições para atuarem de modo crítico e criativo. Cabe aos docentes, o papel de estimularem a curiosidade dos alunos, levando-os a quererem conhecer, pesquisar, buscar e selecionar as informações mais relevantes (ALMEIDA, 2014).

Cabe aos docentes como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem se atentarem a todas as informações, pois elas veem de todos os lugares, podendo ser uteis ou não, aborda que é possível desenvolver também em seu trabalho a criticidade nos alunos, acessando as informações corretas, não sendo usuários passivos, que aceitam tudo o que está disponível na rede. Ressalta o autor a importância da capacitação inadequada, na educação “corre o risco de que os professores usem as tecnologias para fazer o velho por meio do novo, por exemplo, projetar a tabuada na tela e solicitar que os alunos respondam o resultado”, mudou apenas a tecnologia, e não a metodologia (NOGUEIRA, 2014, p. 21).

#### 2.4. Nativos Digitais

Segundo Nogueira (2014) a expressão Nativos Digitais: são aqueles que interagem com os computadores, fazendo deles parte de sua vida. Essa nomeação tem sua história, em aproximadamente de 1925 a 1945. Neste período de 20 anos, nasceram os conhecidos Builders ou Formais, são pessoas que viveram nesta época, enfrentaram guerras e destruição. Portanto, estavam preparados para reconstruir, como respeitavam hierarquias e principalmente a estabilidade, era importante manter a permanência num emprego durante muitos anos, justificando a expressão “Builders” – construção - o que se tornou para muitos dessa geração, construir verdadeiras fortunas.

Entre os anos de 1946 a 1964, veio à tona os Baby Boomers, que diferentes dos Builders, vivenciaram o momento pós-guerra, em contrapartida, sofreram consequências como desemprego, causado pelas indústrias bélicas, mas ao mesmo tempo, sempre se buscou lutar pela paz. Nesse período, o tempo era destinado ao trabalho, para posteriormente ganho financeiro e um reconhecimento social (NOGUEIRA, 2014). Dando continuidade à linha do tempo segundo o autor:

Por volta de 1965 e 1980, surge a Geração X, com o princípio de que o tempo é importante para ganhar dinheiro, valorizando mais a vida, família e o social. As pessoas desse momento já puderam vivenciar a chegada dos microcomputadores, dos processos de comunicação mais velozes e as chegadas das demais tecnologias que trouxeram agilidade, disponibilizando tempo para haver equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Posteriormente no ano de 1981, surgiu a Geração Y, essa geração era formada por filhos da geração Baby Boomers e da geração X, nasceram na era das tecnologias, prosperidade econômica e vive a liberdade política. Garantindo um futuro devido à grandes avanços tecnológicos, como a chegada da internet, sabem lidar com a web, escolhem aquilo que lhe serve, atuam no mercado de trabalho prezando o tempo naquilo que mais gostam, são capazes de realizar multitarefas, e a Geração Y que ainda perpassa pelas salas de aula não aceitam métodos analógicos.

Nos encontramos hoje na Geração Z, são os nascidos após 2000, vivenciam tudo que a Geração Y viveu, ainda com uma velocidade mais rápida, são a geração que não se imaginam sem os meios tecnológicos, são como acessórios, porém toda

essa era nativa digital, traz consigo além de todos os demais benefícios, o fato de ser uma geração extremamente consciente, preocupados com Planeta Terra, com sistema ecológico (NOGUEIRA, 2014).

Essa geração está intimamente familiarizada com a World Wide Web, com o compartilhamento de arquivos, com os smartphones e tablets. Como informações não lhes faltam, estão sempre um passo à frente dos mais velhos, sempre online, se adaptam rapidamente às novas mudanças. As pessoas dessa geração nunca viram o mundo sem computador. Uma característica muito importante é que elas enxergam o mundo desapegado das fronteiras geográficas, rapidamente conseguem se conectar com pessoas do outro lado do mundo em instantes e trocam informações de imediato, são pessoas que fazem algo com muita energia, entusiasmo e são preocupados com o meio ambiente (MEYER, 2015).

Os Primeiros Nativos Digitais, pelo fato de já terem nascido numa era digital, não tiveram acesso a escrita de uma simples carta, não precisaram gravar fitas para ouvir as músicas, porque desde que nasceram, já existem os e-mails para facilitar a comunicação, as playlist que fazem você ouvir todas as músicas que sentirem vontade e suas maiores dúvidas sanadas em questões de minutos (PALFREY; GASSER, 2011).

Para Waschauer (2003, apud Pischetola 2016) o mais fundamental em relação à tecnologia é a capacidade pessoal de se envolver em práticas sociais significativas, fazendo uso dos equipamentos. Os alunos que são dessa época trazem consigo a opinião de valorizar aquilo que vai me servir, sendo cidadãos críticos e que se posicionam, se algo aparenta não ser útil, que não trará significado algum, é descartado o interesse pelo mesmo. Em contrapartida, essa geração futuramente com suas opiniões, trarão uma desestabilidade numa equipe de trabalho, pois se algo o incomoda, mudará de emprego constantemente, por se dedicar e prezar o tempo naquilo que realmente gosta.

Um aluno Nativo Digital, é inquieto, consegue fazer e prestar atenção em várias coisas ao mesmo tempo, deixando parecer muitas das vezes estarem desligados ao assunto da aula, pelo contrário, estão realizando múltiplas tarefas e exigem de seu professor renovação das práticas pedagógicas, já que são acostumados com meio rápido e os desafios da tecnologia. Para os Nativos Digitais, “pesquisa”, muito provavelmente, significa uma busca no Google mais do que uma

ida até a biblioteca. Uso das tecnologias no ambiente escolar é fundamental, diante mudanças sociais, culturais e comportamentais (PALFREY, GASSER, 2011, p. 269).

Em um futuro muito próximo, os padrões educacionais continuarão os mesmos, portanto, os alunos continuarão utilizando as salas de aula, assim como, realizarão atividades de tarefa de casa, porém, o que mudará positivamente, serão os instrumentos utilizados, acarretando benefícios e melhor aproveitamento das aulas garantindo uma melhor qualidade de ensino (PIVA, Jr., 2013).

Palfrey (2011), acredita-se em três propósitos da população nascida digital. A primeira delas é a forma como está acontecendo a interação com informação de jovem para jovem e entre jovens e instituições e está mudando rapidamente. Os resultados dessas mudanças são admiráveis para o futuro da nossa sociedade, não necessariamente mudanças positivas, mais é tempo de reparar se quisermos que as crianças tenham um futuro brilhante. Em segundo lugar, trata-se de uma cultura global em transformação, unindo diferentes pessoas de diferentes cantos do mundo, é amplo os inúmeros benefícios que essa cultura global permite, como a possibilidade de intercâmbios internacionais de estudantes. Terceiro ponto de vista, como não há solução única para privacidade, segurança, o método é ser flexível, ser criativo e trabalhar em equipe para resolver, corroborando com Palfrey, Urs (2011, p.306) “basear na sabedoria dos próprios Nativos Digitais durante esse processo, eles são, sem dúvida, a nossa maior esperança”.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Inclusão Digital vem com um grande domínio em diferentes áreas de nossas vidas. Especificamente, dentro do ambiente escolar, cabe aos docentes em parceria com os familiares, saberem orientar e acompanhar o uso adequado dessas crianças desde a Educação Infantil, diante dessas ferramentas tecnológicas que trazem os mais variados tipos de informações.

É imprescindível o uso da tecnologia na educação moderna que vivemos, para tanto deve ser uma ferramenta tecnológica que proporcione benefícios,



servindo como principalmente um complemento das atividades extracurriculares, aproveitando o prazer que as atividades tecnológicas proporcionam.

Investir na formação continuada do docente, garantindo o ensino de qualidade e atualizado, como os conhecimentos surgem instantaneamente a todo momento, a tecnologia não deixa de ser inovadora a cada dia, cabe aos docentes em seu papel de facilitador da aprendizagem, estar acompanhando as inovações.

Para tanto, dentro do processo de ensino e aprendizagem os meios tecnológicos devem ser vistos como complementação, trazendo a realidade dos alunos para dentro da escola e vivenciando a proposta pedagógica escolar.

Conclui-se que as hipóteses levantadas nessa pesquisa confirmam os objetivos específicos, com isso, os benefícios da Inclusão Digital Escolar utilizadas pelos alunos e docentes abordam inúmeras vantagens, ao mesmo tempo que exigem um certo preparo, para que não sejam utilizados somente por utilizar, mais de fato com fundamento, principalmente da parte do educador, já que os nativos digitais são uma população que nasceram na época tecnológica e dominam com facilidade, sendo mais um instrumento do seu dia-a-dia, portanto, deve ser investido em metodologias ativas e inovadoras, prevalecendo os objetivos educativos, assim, proporcionando uma aprendizagem significativa.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nanci Aparecida de. **Tecnologia na escola: abordagem pedagógica e abordagem técnica**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular/ 2017**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf) - Acessado em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_, **Declaração Universal dos Direitos Humanos/ UNIC / Rio / 005 - agosto 2009**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf> -Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Disponível em:



[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192) – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> - Acessado em: 18 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente9ed.pdf) – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf) – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> – Acessado em: 18 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf) – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Convenção sobre os Direitos da Criança**: Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) – Acessado em: 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_, **Plano Nacional de Educação: Lei nº 13.005/2014, 2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. – Acessado em: 21 set. 2019.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm). –  
Acessado em: 21 set. 2019.

ECHALAR, Figueiredo Lima Daniela Adda; PEIXOTO, Joana. **Programa um Computador por Aluno:** o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais, 2007.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2015.

MAGALHÃES, Ana Paula Franklin; RIBEIRO, Mariana Rodrigues; COSTA, Thamiris Fernandes. **Tecnologia Digital na Educação Infantil:** um estudo exploratório em escolas de Belo Horizonte, 2016. Disponível em:  
[periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/12326/9615](http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/12326/9615) -  
Acessado em: 25 maio 2019.

MEYER, Maximiliano. **Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos?** 2015. Disponível em:  
<http://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-xy-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>>. Acessado em: 21 de set. de 2019.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola.** 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

PALFREY, John, GASSER, Urs. **Nascidos na era Digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação:** a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2016.

PIVA JUNIOR, Dilermano. **Sala de aula digital: uma introdução à cultura digital para educadores.** São Paulo: Saraiva, 2013.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: Professor na Atualidade.** São Paulo: Érica, 1998.